

AS REFORMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Nesta entrevista, o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, em exercício no egrégio STJ desde 1989, e autor do Código de Processo Civil Anotado, comenta as alterações levadas a efeito no CPC ultimamente. Abordando temas como o agravo de instrumento, o princípio *tantum devolutum quantum appellatum* e outros de igual importância, o Ministro oferece ao leitor uma visão panorâmica do Direito Processual Civil Brasileiro atual.

Revista: O atual CPC tem sido alvo de reformas pontuais e sucessivas. Existe um objetivo maior para essas reformas ou trata-se apenas de sanar eventuais necessidades?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: A Reforma se impôs em face das deficiências do CPC de 1973, cientificamente bem projetado mas carente de efetividade e eficácia, falho em termos de aplicação prática.

Revista: Na sua visão, qual foi o ponto mais importante da última etapa da Reforma, levada a efeito pelas leis 10.352/01, 10.358/01 e 10.444/02?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: Creio que muitos foram os seus pontos positivos. Os mais relevantes, no entanto, dizem respeito ao art. 14 (*contempt of court*), aos arts. 461 e 461-A (extinção do processo autônomo de execução, concernente às obrigações de fazer ou



*Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 01/02/2006 TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. As Reformas do Código de Processo Civil. **Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região**, v. 15, n. 7, jul. 2003.

não-fazer e de entrega de coisa), ao art. 527 (aprimoramento do novo modelo de agravo de instrumento), ao art. 475 (mitigação do reexame obrigatório), aos arts. 530 a 534 (simplificação e redução das hipóteses de embargos infringentes); ao art. 515, § 3º (Julgamento abreviado das causas maduras); ao art. 253 (distribuição por dependência, nas referidas situações, para evitar conhecidas anomalias); aos arts. 275 e 475 (elevação do valor de alçada para sessenta salários mínimos); ao art. 331 (nova sistemática da audiência preliminar); ao art. 604 (correção da sistemática da liquidação).

Revista: Como fica o princípio *tantum devolutum quantum appellatum* frente à alteração efetivada no art. 515, § 3º? A nova redação do artigo legitima a supressão de instância?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: O § 3º do art. 515 prestigia os princípios da instrumentabilidade e da celeridade, permitindo ao tribunal ingressar diretamente no mérito quando afastada a preliminar e a causa estiver madura, a dispensar instrução suplementar. Esse § 3º pode ser aplicado também nas hipóteses de prescrição e decadência (art. 269), dado que a lei disse menos do que quis. Não se trata, na espécie, de supressão de instância, mas de eficaz mecanismo de julgamento. E não há qualquer inconstitucionalidade em face do § 3º desse art. 515, até porque o duplo grau, como acentuou Dinamarco, embora sendo um princípio, não constitui uma garantia.

Revista: A ressalva contida no novo parágrafo único do art. 14, que se refere aos advogados, tem causado polêmica. Quem está sujeito à aplicação do dispositivo?



Sálvio de Figueiredo Teixeira: O inciso V e o parágrafo único introduziram em nosso sistema, pela Lei 10.358/01, buscando dar-lhe mais eficiência e efetividade, mecanismos (*injunction e contempt of court*) de alta eficácia no direito anglo-americano (*Common Law*).

A remissão expressa à exclusão dos advogados, no parágrafo, resultou de emenda ao projeto no Legislativo. E deve alcançar todos os advogados, inclusive os que atuam em órgãos públicos, os advogados das chamadas carreiras públicas. Por equívoco de redação, no Congresso, ficou faltando uma vírgula, no parágrafo, após a palavra *advogados*.

A imunidade do advogado, no entanto, como está a assinalar a doutrina, diz apenas ao controle de sua conduta e imposição de sanções disciplinares. Não quanto a eventuais danos causados.

Revista: Com as modificações efetuadas no art. 530, que se refere aos embargos infringentes, reduziu-se o papel uniformizador de jurisprudência desempenhado por esse recurso?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: A finalidade desse recurso não é especificamente uniformizar a jurisprudência, mas aperfeiçoar o julgamento em temas mais complexos e polêmicos.

Entre simplesmente eliminá-lo ou simplificá-lo e aprimorá-lo, a Comissão optou pela segunda opção.

De outro lado, é de atentar-se para a simplificação do procedimento nos regimentos internos, autorizada na lei.



Revista: A lei 10.444/02 aprimora o instituto da tutela antecipada. Na prática, o que muda?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: A nova redação dada ao §3º deste artigo teve duplo objetivo: a) adequar o art. 273 às técnicas da efetivação da tutela previstas nos arts. 461, §§ 4º e 5º, e 461-A; b) compatibilizar a efetivação (e não execução) da tutela antecipada às alterações da execução provisória, inseridas no art. 588, em sua nova redação.

A alteração do § 6º, por sugestão do prof. Luiz Guilherme Marinoni, situa-se na linha de reforma do CPC, para admitir a tutela nas partes incontroversas dos pedidos.

A modificação do § 7º segue a mesma linha de simplificação do processo, admitindo a fungibilidade dos institutos, evitando, inclusive, incidentes e protelações.

Revista: O art. 331, com a nova redação, menciona, agora, a audiência preliminar em lugar da antiga audiência de conciliação. Em que medida essa alteração se faz notar?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: A expressão anterior não abrangia todo o conteúdo da norma. A nova expressão é mais adequada e corresponde também ao melhor direito estrangeiro. Abrange a tentativa de conciliação, ao saneamento de questões pendentes, à ordenação de provas e à designação de audiência, se esta se fizer necessária. As partes também poderão fazer-se representar por procurador ou preposto com poderes de transigir.



De outro lado, pode-se dispensar essa audiência preliminar (§ 3º) se o direito em lide não permitir a transação ou essa se mostrar improvável naquele momento.

Revista: Qual foi o objetivo das inovações estabelecidas quanto ao procedimento sumário?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: O primeiro objetivo foi ajustar o seu valor, elevando-o de vinte (20) para sessenta (60) salários mínimos, teto previsto nos arts. 472, § 2º e 588, § 2º, além do disposto na Lei dos Juizados Especiais Federais.

No art. 280, de outro lado, a mudança foi para permitir também a intervenção de terceiro fundada em contrato de seguro, ensejando acordos.

Revista: Que análise o senhor faz das modificações referentes à execução provisória?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: Evoluiu-se para permitir a alienação de domínio mediante caução idônea e até dispensar a caução na hipótese prevista no § 2º do art. 588.

Revista: Quanto à alteração do art. 526, qual o prazo de que o agravado dispõe para alegar descumprimento do ônus imposto ao agravante? Pode-se inferir da nova redação desse artigo que o Tribunal só pode dar pela inadmissão do agravo por descumprimento do novo preceito mediante provocação do agravado?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: A regra do art. 526 é importante em face do sistema de agravo de instrumento endereçado



diretamente ao tribunal. i) juiz deve ter a oportunidade do juízo de retratação, que é inerente ao recurso de agravo, e a parte agravada ter condições de tomar ciência do conteúdo do alegado pelo agravante, bem como da documentação que instrui o agravo.

O tribunal de segundo grau depende da arguição de demonstração, pelo agravado, do descumprimento do requisito. A suscitação, pela parte agravada, deverá ser feita até o fim do prazo de que dispõe (dez dias - art. 527-V).

Revista: Em relação ao prazo para interposição de RE e REsp (art. 498) a modificação efetuada simplifica o procedimento?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: Simplifica-se, unificando-se o prazo recursal contra o acórdão da apelação. Cuida-se de alteração de ordem prática, sugerida pelo Dr. Osmar Tognolo, então Juiz do TRF-1ª Região.

Revista: Como o senhor vê as alterações relativas à liquidação de sentença?

Sálvio de Figueiredo Teixeira: Estavam ocorrendo abusos e má-fé, dificultando a atuação dos juízes, notadamente dos federais.

A participação, na Comissão, dos Professores Carreira Alvim e Teori Zavascki, pela experiência como juízes na Justiça Federal, em muito contribuiu para o aprimoramento da sistemática do art. 604.

Revista: O senhor acaba de publicar uma nova edição (751) do seu *Código de Processo Civil Anotado*, com as alterações mais recentes. O que nos diz a respeito?



Sálvio de Figueiredo Teixeira: Estou muito feliz com os resultados que vem alcançando, quer pelas manifestações que tenho recebido, quer pela sua aceitação após cinco anos sem reeditá-lo. Segundo os editores (Saraiva), um mês após seu lançamento já estava esgotada a edição. Espero que seja útil e agrade, especialmente aos amigos fraterno, aos quais a edição é dedicada. A expectativa, agora, é reeditá-lo a cada ano e a cada mudança legislativa. Com o mesmo perfil, mas sempre buscando o seu aprimoramento.

